



DIÁRIO DA JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANO XL

NÚMERO 096

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE

2022

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2022/2023**

PRESIDENTE

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

VICE-PRESIDENTE

Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior

CORREGEDOR-GERAL

Desembargador José Antonio Robles

**CONSELHORIA MAGISTRATURA E DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL**

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia (Presidente)
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior (Vice-Presidente)
Desembargador José Antonio Robles (Corregedor-Geral)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Sansão Saldanha
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos

TRIBUNAL PLENO

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia (Presidente)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Sansão Saldanha
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Miguel Monico Neto
Desembargador Raduan Miguel Filho
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Desembargador Valdeci Castellari Citon
Desembargador Hiram Souza Marques
Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz
Desembargador José Antonio Robles
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior
Desembargador José Torres Ferreira
Desembargador Álvaro Kalix Ferro
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal
Desembargador Glodner Luiz Pauletto

1ª CÂMARA CÍVEL

Desembargador Raduan Miguel Filho (Presidente)
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Sansão Saldanha

2ª CÂMARA CÍVEL

Desembargador Isaias Fonseca Moraes (Presidente)
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador José Torres Ferreira

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Desembargador Raduan Miguel Filho (Presidente)
Desembargador Rowilson Teixeira
Desembargador Sansão Saldanha
Desembargador Kiyochi Mori
Desembargador Alexandre Miguel
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Desembargador José Torres Ferreira

1ª CÂMARA CRIMINAL

Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior (Presidente)
Desembargador Valdeci Castellari Citon
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal

2ª CÂMARA CRIMINAL

Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz (Presidente)
Desembargador Álvaro Kalix Ferro
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior (Ato n. 320/2022)

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

Desembargador José Jorge Ribeiro da Luz (Presidente)
Desembargador Valdeci Castellari Citon
Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior
Desembargador Álvaro Kalix Ferro
Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal

1ª CÂMARA ESPECIAL

Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos (Presidente)
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Glodner Luiz Pauletto

2ª CÂMARA ESPECIAL

Desembargador Miguel Monico Neto (Presidente)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Hiram Souza Marques

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

Desembargador Miguel Monico Neto (Presidente)
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Desembargador Hiram Souza Marques
Desembargador Glodner Luiz Pauletto

SECRETARIA GERAL

Juiz de Direito Rinaldo Forti da Silva
Secretário-Geral

COORDENADOR DO NUGRAF

Administrador Enildo Lamarão Gil

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE
JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

EDITAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Rua José Camacho, nº 585 - Bairro Olaria - - CEP 76800-000 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br

EDITAL Nº REPUBLICAÇÃO 08/2022 -, DE 25 DE MAIO DE 2022.

XX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ DE DIREITO
SUBSTITUTO DO ESTADO DE RONDÔNIA

EDITAL _REPUBLICAÇÃO DOS PONTOS PARA SORTEIO DA PROVA ORAL

O DESEMBARGADOR HIRAM SOUZA MARQUES, PRESIDENTE DA COMISSÃO DO XX CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA, FAZ SABER AOS CANDIDATOS HABILITADOS À PROVA ORAL QUE, NOS TERMOS DO ART. 65 DA RESOLUÇÃO N. 75/2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, PARA EFEITO DE SORTEIO, OS TEMAS AGRUPADOS NOS 12 (DOZE) PONTOS TIVERAM REDISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL.

PONTO 1

DIREITO CIVIL – Ponto 1

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Capacidade e incapacidade. Estatuto da pessoa com deficiência. Direitos da Personalidade. Pessoas naturais. Início da personalidade e fim da personalidade. Morte. Ausência. Morte presumida.

Pessoas jurídicas. Desconsideração da personalidade jurídica. Domicílio. Bens. Bem de família.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Ponto 1

Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Garantias constitucionais do processo. Autonomia do Direito Processual. Institutos e normas fundamentais do processo civil. Direito Processual Constitucional.

Interpretação da norma processual. Norma processual no tempo e no espaço. Efetividade do processo e acesso à Justiça. Escopos do processo. Instrumentalidade do processo.

DIREITO DO CONSUMIDOR – Ponto 1

Direitos do consumidor. Disposições gerais. Política nacional de relações de consumo. Direitos básicos do consumidor.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Ponto 1

Consectários em matéria de criança e adolescente.

a) Princípio da prioridade absoluta e proteção integral.

b) Princípio da dignidade da pessoa humana.

DIREITO PENAL – Ponto 1

I – Conceito de Direito Penal. Princípios Constitucionais Penais. História do Direito Penal. História do Direito Penal Brasileiro, Doutrinas e Escolas Penais. Fontes do Direito Penal. Sistemas Penitenciários.

DIREITO PROCESSUAL PENAL – Ponto 1

I – Do processo penal em geral. Princípios Constitucionais e fontes do processo penal.

II – Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1.941).

a) Disposições preliminares (arts. 1º a 3º).

b) Do inquérito policial (arts. 4º a 23).

c) Da ação penal (arts. 24 a 62).

DIREITO CONSTITUCIONAL – Ponto 1

Constitucionalismo e teoria da constituição.

Constituição e Neoconstitucionalismo.

Poder Constituinte.

DIREITO ELEITORAL – Ponto 1

Estado Democrático de Direito. Cidadania. Sistema representativo. Soberania popular. Pluralismo político. Reforma política.

Direitos políticos. Perda. Suspensão. Sufrágio universal. Voto. Características do voto.

DIREITO EMPRESARIAL – Ponto 1

Origens e história do Direito Comercial. Teoria dos atos de comércio. Teoria da empresa e atividade empresarial e mercado.

O Direito Civil e o Direito Comercial: autonomia ou unificação. Fontes do Direito Comercial. Os perfis do mercado.

DIREITO TRIBUTÁRIO – Ponto 1

Direito Tributário. Conceito, definições, denominações. Sistema Constitucional Tributário e Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais. Princípios gerais. Limitações ao poder de tributar. Finalidades e objetivos do Sistema Tributário – Carga tributária.

DIREITO AMBIENTAL – Ponto 1

Fundamentos éticos e filosóficos do direito ambiental.

DIREITO ADMINISTRATIVO – Ponto 1

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Função pública. Conceito. Divisão de competências. Delegação e avocação de competências.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA – Ponto 1**Sociologia do Direito – Ponto 1**

A pré-sociologia do direito: A compreensão social dos gregos; Aristóteles; os medievais; absolutismo; iluminismo; contratualismo.

Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional – Ponto 1

Ética na atuação judicial.

Teoria Geral do Direito e da Política – Ponto 1

O conceito analógico de direito.

PONTO 2**DIREITO CIVIL – Ponto 2**

Fatos jurídicos. Negócios jurídicos. Forma do negócio jurídico. Condição, termo e encargo. Representação.

Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo.

Invalidade do negócio jurídico. Nulidade. Simulação. Efeitos da nulidade e da anulabilidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Ponto 2

Jurisdição. Elementos conceituais. Características. Espécies. Organização judiciária. Distinção em relação às demais funções do Estado. Jurisdição estatal e arbitral. Poderes do juiz e do árbitro. Impedimento e suspeição.

Competência. Critérios de determinação e de modificação. Incompetência absoluta e relativa. Conflito de competência. Cooperação internacional.

DIREITO DO CONSUMIDOR – Ponto 2

Qualidade de produtos e serviços. Prevenção e reparação dos danos. Proteção à saúde e à segurança.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Ponto 2

Consectários em matéria de criança e adolescente.

c) Princípio da participação popular.

d) Princípio da excepcionalidade.

DIREITO PENAL – Ponto 2

II – CÓDIGO PENAL (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940)

Parte Geral

- a) Da aplicação da lei penal (arts. 1º a 12).
- b) Do crime (arts. 13 a 25).
- c) Da imputabilidade penal (arts. 26 a 28).
- d) Do concurso de pessoas (arts. 29 a 31).

DIREITO PROCESSUAL PENAL – Ponto 2

II – Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1.941).

- d) Da ação civil (arts. 63 a 68).
- e) Da competência (arts. 69 a 91).
- f) Das questões e processos incidentes (arts. 92 a 154).

DIREITO CONSTITUCIONAL – Ponto 2**Emendas Constitucionais.**

Organização do Estado. Estado de Direito Democrático.

Federação. Origens. A Federação Brasileira. Competências legislativas dos entes federados - Autonomia financeira, administrativa e política dos entes federados.

DIREITO ELEITORAL – Ponto 2

Partidos políticos. Conceito. História. Representação Político-partidária. Sistemas partidários. Criação, fusão e extinção dos partidos políticos. Órgãos Partidários. Registros dos Partidos Políticos. Fundo Partidário. Fidelidade partidária. Aspectos constitucionais, legais e éticos.

DIREITO EMPRESARIAL – Ponto 2

Princípios constitucionais econômicos e sua instrumentalidade para o funcionamento do mercado.

Direito de Empresa no Código Civil. A empresa e o empresário. Noção econômica e jurídica de empresa. Empresário e sociedade empresária. A atividade empresarial. Capacidade. Empresário rural. Obrigações gerais dos empresários.

DIREITO TRIBUTÁRIO – Ponto 2

Fontes do Direito Tributário. Fontes do direito positivo e da Ciência do Direito. A doutrina. Instrumentos primários e secundários. Legislação tributária: conceito, vigência, aplicação, interpretação e integração. A Lei nº 5.172/66, em face da Constituição Federal. Normas gerais de Direito Tributário na estrutura do Código Tributário Nacional. O art. 146 da Constituição Federal. Hierarquia da lei complementar: formal e material. Exegese sistemática das normas gerais de direito tributário.

DIREITO AMBIENTAL – Ponto 2

A Constituição e o Meio Ambiente. O artigo 225: objetivo, alcance e reflexos. Ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental. Natureza pública da proteção ambiental. Tratados Internacionais sobre tema ambiental.

DIREITO ADMINISTRATIVO – Ponto 2

Poder de Polícia. Limites e Fundamentos. Adoção de mecanismos consensuais no exercício do poder de polícia. Termos de ajuste de conduta administrativos. Termos substitutivos de sanção. Limites à delegabilidade do poder de polícia.

Ato administrativo. Elementos, requisitos, espécies. Controle formal e controle de mérito do ato administrativo.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA – Ponto 2

Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional – Ponto 2

Código de Ética da Magistratura.

Psicologia Judiciária – Ponto 2

Conceito e importância da Psicologia para o Judiciário. Integração da Psicologia com o Direito.

Teoria Geral do Direito e da Política – Ponto 2

Realismo Jurídico.

PONTO 3**DIREITO CIVIL – Ponto 3**

Ato lícito e ato ilícito. Abuso do direito. Teoria da aparência. Prescrição e decadência. Da prova.

Obrigações. Obrigações de dar, fazer e não fazer. Obrigações alternativas. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias.

Pagamento. Condições subjetivas e objetivas. Prova, lugar e tempo do pagamento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Ponto 3

Funções essenciais à Justiça. Magistratura. Advocacia Pública e Privada. Assistência judiciária. Taxa judiciária. Ministério Público. Órgãos auxiliares da justiça. Conciliadores e mediadores

A ação. Conceito e natureza. Condições da ação. Elementos da ação. Ação e tutela jurisdicional. Cumulação de ações. Classificação da tutela jurisdicional. Processo. Conceito e natureza. Espécies. Pressupostos processuais. Procedimento e relação jurídica processual.

DIREITO DO CONSUMIDOR – Ponto 3

Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Ponto 3

Consectários em matéria de criança e adolescente.

e) Princípio da brevidade.

f) Princípio da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

DIREITO PENAL – Ponto 3

II – CÓDIGO PENAL (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940)

Parte Geral

e) Das penas (arts. 32 a 95).

f) Das medidas de segurança (arts. 96 a 99).

g) Da ação penal (arts. 100 a 106).

h) Da extinção da punibilidade (arts. 107 a 120).

DIREITO PROCESSUAL PENAL – Ponto 3

II – Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1.941).

g) Da prova (arts. 155 a 250).

h) Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça (arts. 251 a 281).

DIREITO CONSTITUCIONAL – Ponto 3

Evolução político-constitucional brasileira. As Constituições Brasileiras.

Normas Constitucionais: Hermenêutica e Filosofia Constitucional. Métodos de Interpretação. Aplicabilidade e Eficácia.

Mutação Constitucional.

DIREITO ELEITORAL – Ponto 3

Direito Eleitoral. Conceito. Fundamentos. Fontes e princípios. Interpretação. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil ao processo eleitoral.

Representação. Sufrágio. Natureza. Extensão. Valor do sufrágio. Tipos de sufrágio. Sistemas Eleitorais. Sistema Majoritário. Sistema Proporcional.

DIREITO EMPRESARIAL – Ponto 3

Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. Escrituração e demonstrações contábeis periódicas.

Empresa individual de responsabilidade limitada. Estabelecimento empresarial. Nome empresarial. Direitos e Obrigações relativas à propriedade industrial: Lei nº 9.279, de 14/5/1996.

DIREITO TRIBUTÁRIO – Ponto 3

Tributo. Acepções do vocábulo tributo. A definição do art. 3º do Código Tributário Nacional. Tipologia tributária no Brasil: o critério constitucional para a determinação da natureza do tributo. Denominação e destino do produto de arrecadação: art 4º do Código Tributário Nacional. Empréstimo compulsório. Taxas. Taxas e preços públicos. O pedágio. Contribuição de melhoria e outras contribuições. Empréstimos compulsórios. Contribuições paraíscais. Impostos extraordinários. As contribuições (art. 149 e seus parágrafos da CF).

DIREITO AMBIENTAL – Ponto 3

Princípios constitucionais ambientais. Princípio da solidariedade intergeracional. Princípio do desenvolvimento sustentável. Princípio do poluidor-pagador. Princípio do usuário-pagador. Princípio da função socioambiental da propriedade. Princípio da prevenção. Princípio da precaução. Princípio da participação. Princípio da informação ambiental. Princípio da ubiquidade. Princípio da moralidade e o meio ambiente. Outros princípios ambientais implícitos ou extraíveis do sistema constitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO – Ponto 3

Processo Administrativo. – A processualidade administrativa. O processo administrativo como instrumento de ação administrativa. Princípios do processo administrativo. Finalidades do processo administrativo. Leis gerais de processo administrativo. Mecanismos de controle do processo administrativo. Procedimentos em espécie.

Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA – Ponto 3

Sociologia do Direito – Ponto 3

A. Comte e E. Durkheim.

Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional – Ponto 3

O papel da cordialidade na prestação jurisdicional.

Psicologia Judiciária – Ponto 3

A importância da Psicologia e da Psiquiatria no âmbito da execução das penas.

PONTO 4**DIREITO CIVIL – Ponto 4**

Pagamentos especiais. Pagamento por consignação e com sub-rogação. Imputação do pagamento. Dação em pagamento.

Extinção da obrigação sem pagamento: novação, compensação, confusão, compromisso e remissão.

Inadimplemento das obrigações. Mora. Perdas e danos. Juros legais e cláusula penal.

Arras. Transmissão de obrigações: cessão de crédito, assunção de dívida, cessão de contrato.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Ponto 4

Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Regime de invalidades processuais. Preclusões. Comunicação dos atos processuais. Atos processuais eletrônicos. Convenção das partes em matéria processual.
Partes e terceiros no processo civil. Conceitos. Litisconsórcio, assistência e modalidades de intervenção de terceiros. Amicus curiae. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
Tutela provisória. Tutela de urgência e tutela de evidência. Estabilização da tutela antecipada.
Partes e terceiros no processo civil. Conceitos. Litisconsórcio, assistência e modalidades de intervenção de terceiros. Amicus curiae. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

DIREITO DO CONSUMIDOR – Ponto 4

Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Ponto 4

Dos Direitos da criança e do adolescente:

- a) Do Direito à Vida e à Saúde.
- b) Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade.

DIREITO PENAL – Ponto 4

II – CÓDIGO PENAL (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940)

Parte Especial

- a) Dos crimes contra a pessoa (arts. 121 a 154).
- b) Dos crimes contra o patrimônio (arts. 155 a 183).
- c) Dos crimes contra a propriedade imaterial (arts. 184 a 196).
- d) Dos crimes contra a dignidade sexual (arts. 213 a 234).

DIREITO PROCESSUAL PENAL – Ponto 4

II – Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1.941).

- i) Da prisão, das Medidas cautelares e da liberdade provisória (arts. 282 a 350).
- j) Das citações e intimações (arts. 351 a 372).

DIREITO CONSTITUCIONAL – Ponto 4

Reforma e Revisão Constitucional.

Normas Constitucionais.

Controle da constitucionalidade. Controle da constitucionalidade Difuso. Controle da constitucionalidade Abstrato. Controle da Constitucionalidade em âmbito estadual. A Constituição do Estado de Rondônia como parâmetro para o Controle de Constitucionalidade.

DIREITO ELEITORAL – Ponto 4

Justiça Eleitoral. Organização. Competência. Classificações. Modelo brasileiro. Outros modelos. A ética do Juiz Eleitoral.

Justiça Eleitoral no Brasil. Evolução histórica. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral e controle de legalidade. A atividade consultiva da Justiça Eleitoral. As Resoluções normativas da Justiça Eleitoral e seus limites.

DIREITO EMPRESARIAL – Ponto 4

Disciplina jurídica da concorrência. Concorrência desleal. Repressão civil e penal. Infração da ordem econômica. Sanções por infração da ordem econômica.

DIREITO TRIBUTÁRIO – Ponto 4

Imunidades tributárias: conceito, definição e natureza. Imunidade e Iseção. Imunidade recíproca. Imunidade dos templos de qualquer culto, dos partidos políticos e das instituições educacionais ou assistenciais. A imunidade do livro, dos periódicos e do papel destinado à impressão. Outras hipóteses de imunidade. Imunidades de taxas e de contribuições.

DIREITO AMBIENTAL – Ponto 4

Deveres genéricos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Deveres específicos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Competências administrativa, legislativa e jurisdicional em matéria ambiental.

DIREITO ADMINISTRATIVO – Ponto 4

Bens públicos. Natureza jurídica. Bens públicos no Código Civil. Aplicação do regime público a bens do domínio privado. Espécies de bens públicos. Inalienabilidade, impenhorabilidade, imprescritibilidade dos bens públicos. Afetação e desafetação. Aquisição e alienação de bens públicos. Diferentes tipos de uso. Uso privativo pelo particular. Concessão, permissão e autorização de uso. Concessão de direito real de uso.

Discrecionalidade: limites e fundamentos. Abuso e desvio de Poder.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA – Ponto 4

Filosofia do Direito – Ponto 4

Filosofia do direito grega: Sócrates, Platão e Aristóteles.

Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional – Ponto 4

Direitos e deveres funcionais do magistrado.

Teoria Geral do Direito e da Política – Ponto 4

Direito e poder.

PONTO 5

DIREITO CIVIL – Ponto 5

Contratos. Classificação dos contratos. Contratos de adesão. Contrato aleatório. Contrato com pessoa a declarar. Contrato preliminar. Formação dos contratos. Contratos por tempo determinado e indeterminado. Efeitos dos contratos. Estipulação em favor de terceiro. Cláusulas gerais. Conceitos legais indeterminados. Conceitos determinados pela função. Interpretação dos contratos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Ponto 5

Petição inicial. Requisitos. Juízo de Admissibilidade. Audiência de conciliação e mediação. Defesa do réu. Contestação e reconvenção. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de saneamento e organização do processo. Provas. Objeto, fonte e meios. Prova atípica e prova ilícita. Ônus da prova. Antecipação da prova. Provas em espécie e sua produção. Audiência de instrução e julgamento.

DIREITO DO CONSUMIDOR – Ponto 5

Práticas comerciais. Disposições gerais. Oferta. Publicidade. Práticas abusivas.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Ponto 5

Dos Direitos da criança e do adolescente:

- c) Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária.
- d) Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.
- e) Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

DIREITO PENAL – Ponto 5

II – CÓDIGO PENAL (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940)

Parte Especial

- e) Dos crimes contra a família (arts. 235 a 249).
- f) Dos crimes contra a incolumidade pública (arts. 250 a 285).
- g) Dos crimes contra a paz pública (arts. 286 a 288).

DIREITO PROCESSUAL PENAL – Ponto 5

II – Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1.941).

- l) Da sentença (arts. 381 a 393).
- m) Dos processos em espécie (arts. 394 a 497 e 513 a 555).

DIREITO CONSTITUCIONAL – Ponto 5

Processo legislativo. Processo legislativo e reforma constitucional. Intervenção Federal e Estadual. Poder Legislativo.

DIREITO ELEITORAL – Ponto 5

Capacidade eleitoral: requisitos. Limitações derivadas do não cumprimento do dever eleitoral. Alistamento eleitoral. Fases do alistamento. Efeitos do alistamento. Cancelamento. Exclusão. Revisão do eleitorado.

DIREITO EMPRESARIAL – Ponto 5

Teoria Geral do Direito Societário. Ato constitutivo das sociedades. Classificação das sociedades. Da sociedade não personificada e personificada. Sociedades simples e sociedades empresárias. Registro Público das sociedades. Sociedade rural. Desconsideração da personalidade jurídica.

DIREITO TRIBUTÁRIO – Ponto 5

Regra da incidência tributária. Hipótese tributária e fato jurídico tributário. Acepção de “fato gerador”. O fato gerador segundo as prescrições do Código Tributário Nacional. Relação jurídica tributária.

DIREITO AMBIENTAL – Ponto 5

A comunidade e a tutela constitucional do ambiente. Política Nacional de Educação Ambiental. Participação popular na política pública ambiental. Participação popular na administração, no Parlamento e no Judiciário. Responsabilidade Administrativa Ambiental. Responsabilidade Civil Ambiental.

DIREITO ADMINISTRATIVO – Ponto 5

Contratos Administrativos. Teoria Geral do Contrato Administrativo. Contratos Administrativos e Contratos da Administração. Convênios Administrativos. Formação, execução, alteração e extinção dos contratos administrativos típicos. Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos: conceito, fundamento e hipóteses. Consórcios Públicos. Natureza jurídica, requisitos e procedimento de formação e extinção. Contratos de Programa. Contratos de Rateio.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA – Ponto 5

Sociologia do Direito – Ponto 5

Max Weber.

Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional – Ponto 5

Sistemas De Controle Interno Do Poder Judiciário: Corregedoria, Ouvidoria, Conselho Superior Da Magistratura E Conselho Nacional De Justiça.

Psicologia Judiciária – Ponto 5
Psiquiatria forense.

PONTO 6**DIREITO CIVIL – Ponto 6**

Vícios redibitórios. Evicção. Extinção dos contratos: resolução, rescisão e resilição.
Compra e venda. Cláusulas especiais. Promessa de compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Ponto 6

Sentença. Elementos e requisitos. Vícios das sentenças. Coisa julgada formal e material. Limites subjetivos, objetivos e cronológicos. Eficácia preclusiva da coisa julgada. Coisa julgada e resolução de questão prejudicial. Relativização da coisa julgada.
Recursos. Princípios gerais. Pressupostos de admissibilidade. Efeitos. Ações autônomas de impugnação. Ação rescisória. Reclamação.

DIREITO DO CONSUMIDOR – Ponto 6

Cobrança de dívidas. Bancos de dados. Cadastros de consumidores.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Ponto 6

Perda e suspensão do poder familiar. Colocação em família substituta: guarda, tutela, adoção e adoção internacional.

DIREITO PENAL – Ponto 6

II – CÓDIGO PENAL (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940)

Parte Especial

h) Dos crimes contra a fé pública (arts. 289 a 311).

i) Dos crimes contra a administração pública (arts. 312 a 359).

III – LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS (Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941).

DIREITO PROCESSUAL PENAL – Ponto 6

II – Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1.941).

n) Das nulidades e dos recursos em geral (arts. 563 a 667).

DIREITO CONSTITUCIONAL – Ponto 6

Poder Executivo.

Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

A Organização dos Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

DIREITO ELEITORAL – Ponto 6

Elegibilidade. Inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais ou legais. Arguição judicial de inelegibilidade. Domicílio Eleitoral. Filiação Partidária. Capacidade eleitoral passiva.

Ministério Público Eleitoral. Organização. Atribuições.

DIREITO EMPRESARIAL – Ponto 6

Sociedade limitada.

Sociedade anônima (Lei nº 6.404/76).

DIREITO TRIBUTÁRIO – Ponto 6

Obrigação tributária no Código Tributário Nacional: principal e acessória. Sujeito ativo e passivo. Sujeito passivo e solidariedade. Contribuinte e responsável. Definição da dívida tributária: base de cálculo e alíquota.

DIREITO AMBIENTAL – Ponto 6

Urbanismo. Meio ambiente urbano. Instrumentos urbanísticos de tutela do meio ambiente. A ética ambiental e o Estatuto da Cidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO – Ponto 6

Licitação. Fundamento constitucional. Inexigibilidade e Dispensa. Modalidades. Pregão. Regime Diferenciado de Contratação. Tipos de licitação. Fases do procedimento licitatório.

Serviços públicos. Conceito. Regime jurídico. Regime tarifário. Serviços públicos em regime de exclusividade e em regime de competição. Regulação de serviços públicos. Regime dos bens afetos à prestação de serviço público. Serviços públicos e serviços sociais. Serviços públicos e atividade econômica.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA – Ponto 6

Filosofia do Direito – Ponto 6

Filosofia do direito medieval: Santo Agostinho e São Thomas de Aquino.

Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional – Ponto 6

Ética na Constituição Federal.

Teoria Geral do Direito e da Política – Ponto 6

Legitimidade e Legalidade.

PONTO 7

DIREITO CIVIL – Ponto 7

Locação de coisas. Locação de imóveis urbanos. Comodato. Mútuo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Corretagem. Transporte. Fiança. Transação. Seguro. Disposições gerais. Seguro de dano e seguro de pessoa. Contratos referentes a planos e seguros privados de assistência à saúde. Atos unilaterais. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Promessa de recompensa. Gestão de negócios.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Ponto 7

Recursos em espécie: apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, recursos extraordinário e especial, embargos de divergência, agravo interno. Julgamento estendido em caso de divergência.

DIREITO DO CONSUMIDOR – Ponto 7

Proteção contratual. Disposições gerais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Ponto 7

Das medidas de proteção.

DIREITO PENAL – Ponto 7

IV – LEIS PENAS ESPECIAIS

- a) Crimes definidos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.
- b) Crimes definidos na Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003.
- c) Crimes eleitorais (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997).

DIREITO PROCESSUAL PENAL – Ponto 7

- II – Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1.941).
- o) Disposições gerais (arts. 791 a 811).
- III – Mandado de segurança em matéria criminal (Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009).

DIREITO CONSTITUCIONAL – Ponto 7

Ministério Público.
Direitos Fundamentais. Tratados e convenções internacionais.
Direitos sociais e coletivos.

DIREITO ELEITORAL – Ponto 7

Democracia participativa. Institutos de participação popular. Plebiscito. Referendo.
Processo Eleitoral. Convenções partidárias. Registro de candidatos. Impugnação do registro de candidatura.

DIREITO EMPRESARIAL – Ponto 7

Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Títulos de crédito no Código Civil. Letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata. Títulos de crédito impróprios. Títulos bancários. Títulos do agronegócio. Títulos eletrônicos ou virtuais.

DIREITO TRIBUTÁRIO – Ponto 7

Crédito tributário. Lançamento. Natureza jurídica. Características, efeitos e modalidades. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção das obrigações tributárias. Exclusão do crédito tributário.

DIREITO AMBIENTAL – Ponto 7

Bem jurídico ambiental. Direito do Ambiente: conceito, princípios, objeto, instrumentos legais. Espaços ambientalmente protegidos. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Tutela administrativa do ambiente: poder de polícia, competência. Legislação ambiental de parcelamento do solo e da cidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO – Ponto 7

Concessão e permissão de serviços públicos. Conceitos. Modalidades de concessão. Concessões comuns, patrocinadas e administrativas. Reversibilidade de bens. Modalidades de extinção de concessões. Direitos dos concessionários e direitos dos usuários. Parceria público privada. Conceito e modalidades. Regime jurídico. Contraprestação pecuniária e aporte. Requisitos. Regime de garantias. Atividades delegáveis e indelegáveis por meio de parcerias.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA – Ponto 7

Sociologia do Direito – Ponto 7

Hegel E Marx.

Psicologia Judiciária – Ponto 7

A interdisciplinaridade nos casos judiciais complexos.

Teoria Geral do Direito e da Política – Ponto 7

Direitos Fundamentais, Direitos Humanos E Direito Natural.

PONTO 8

DIREITO CIVIL – Ponto 8

Responsabilidade civil. Requisitos. Responsabilidade por fato de outrem. Responsabilidade sem culpa.

Responsabilidade pela perda de uma chance. Dano moral. Dano estético. Indenização do dano material e do dano moral. Liquidação de danos.

Posse. Aquisição, perda e efeitos. Propriedade. Aquisição da propriedade imóvel e móvel. Perda da propriedade. Usucapião. Desapropriação. Direito de laje.

Condomínio geral. Condomínio edilício. Direitos de vizinhança. Direito de superfície.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Ponto 8

Precedentes judiciais. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Julgamento de recursos repetitivos nos tribunais superiores.

Assunção de competência. Súmula Vinculante. Controle concentrado de constitucionalidade.

Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Ação de consignação em pagamento; ação de exigir contas; ações possessórias, ações de divisão e demarcação. Ação de dissolução parcial de sociedade.

DIREITO DO CONSUMIDOR – Ponto 8

Sanções administrativas.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Ponto 8

Da Prevenção. Disposições gerais. Da prevenção especial. Da informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos. Dos produtos e serviços. Da autorização para viajar. Do Juiz da Infância e da Juventude (arts. 146 a 149, da Lei nº 8.069/1990).

DIREITO PENAL – Ponto 8

IV – LEIS PENAS ESPECIAIS

e) Crimes contra as relações de consumo (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), a ordem tributária (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990) e a ordem econômica (Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991).

f) Crimes contra a economia popular (Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951).

DIREITO PROCESSUAL PENAL – Ponto 8

IV – Disposições processuais penais especiais.

a) Execução penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

b) Entorpecentes (Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006).

DIREITO CONSTITUCIONAL – Ponto 8

Ações constitucionais.

Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais Coletivos.

Direitos de cidadania. Direito de sufrágio. Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular.

DIREITO ELEITORAL – Ponto 8

Campanha eleitoral. Financiamento dos Partidos Políticos, controle de arrecadação e prestação de contas. Captação ilícita de recursos.

Abuso de poder político e econômico.

DIREITO EMPRESARIAL – Ponto 8

A atividade empresarial e a publicidade: tutela do consumidor.

Teoria Geral do direito dos contratos. O Comércio eletrônico. Contratos empresariais. Compra e venda mercantil. Contratos de colaboração.

DIREITO TRIBUTÁRIO – Ponto 8

Infrações e sanções tributárias. Espécies de infrações tributárias. A fraude à lei e o abuso de direito no ordenamento jurídico tributário.

Infrações no Código Tributário Nacional. Responsabilidade dos sucessores e de terceiros. Tipicidade, vinculabilidade tributária e denúncia espontânea. Fraude à execução.

DIREITO AMBIENTAL – Ponto 8

Patrimônio ambiental natural. Ar, Água, Solo, Flora, Fauna. Patrimônio ambiental cultural. Patrimônio ambiental artificial. Patrimônio genético, biotecnologia e biossegurança. Política Nacional da Biodiversidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO – Ponto 8

Estrutura da Administração Pública. Administração Direta e Administração Indireta. Órgãos e entes públicos. Princípios da Administração Indireta. Controle hierárquico. Empresas estatais: espécies e diferenças. Regime jurídico e governança das empresas estatais. Controle dos entes da Administração Indireta.

Agências reguladoras. Conceito. Regime Jurídico. Competências. Controle dos atos das agências.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA – Ponto 8

Filosofia do Direito – Ponto 8

Filosofia do Direito Moderna: Hobbes, Locke, Rousseau, Kant e Jeremy Bentham.

Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional – Ponto 8

Responsabilidade Administrativa, Civil e Criminal dos Magistrados.

PONTO 9

DIREITO CIVIL – Ponto 9

Direitos reais sobre coisas alheias: servidões, usufruto, uso e habitação.

Direitos reais de garantia. Hipoteca. Penhor e suas espécies.

Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Alienação fiduciária em garantia no Código Civil e na legislação extravagante. Cessão fiduciária. Patrimônio separado. Patrimônio de afetação. Securitização.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Ponto 9

Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: inventário e partilha, embargos de terceiro, oposição, ações de família, habilitação, restauração de autos, ação monitória, homologação de penhor legal, regulação de avaria grossa.

Arbitragem. Compromisso arbitral e cláusula compromissória. Tutelas de urgência antes, durante e depois do processo arbitral. Impugnação judicial da sentença arbitral. Meios alternativos de solução de conflito (Resolução nº 125 de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça). Instauração da Arbitragem. Ação para obtenção do compromisso arbitral. Impedimento e Substituição do Árbitro. Responsabilidade do Árbitro. Cooperação do Poder Judiciário com a Arbitragem.

DIREITO DO CONSUMIDOR – Ponto 9

Defesa do consumidor em juízo. Disposições gerais. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Ponto 9

Justiça da Infância e Juventude: procedimentos, recursos, funções do Ministério Público, intervenção por meio de advogado, infrações administrativas.

DIREITO PENAL – Ponto 9

IV – LEIS PENAS ESPECIAIS

g) Crimes de trânsito (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

h) Crimes de tortura (Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997).

i) Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998).

DIREITO PROCESSUAL PENAL – Ponto 9

IV – Disposições processuais penais especiais.

c) Violência doméstica (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

d) Prisão temporária (Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1.989).

e) Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995).

DIREITO CONSTITUCIONAL – Ponto 9

Garantias Fundamentais.

Princípios de Defesa na Constituição Federal.

Princípios constitucionais da Administração Pública.

DIREITO ELEITORAL – Ponto 9

Propaganda política. Propaganda eleitoral. Normas legais e regulamentares. Jornalismo, propaganda e mídia no Direito Eleitoral. Pesquisas e testes pré-eleitorais. Propaganda eleitoral no rádio e na televisão e direito de resposta. Propaganda eleitoral na internet.

DIREITO EMPRESARIAL – Ponto 9

Contratos bancários. Mútuo, fiança, penhor e seguro. Arrendamento mercantil. Fomento Mercantil. Franquia. Alienação fiduciária em garantia. Cartões de Crédito. Transporte de carga, fretamento e armazenagem. Agenciamento de publicidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO – Ponto 9

Garantias e privilégios do crédito tributário.

DIREITO AMBIENTAL – Ponto 9

Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. EIA/RIMA. Tutela e responsabilidade civil. Responsabilidade administrativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO – Ponto 9

Fundações Públicas. Natureza jurídica e regime jurídico. Fundações governamentais de direito público e de direito privado. Fundações de apoio.

Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilidade civil, extracontratual ou aquiliana do Estado. Panorama teórico e evolutivo da responsabilidade civil do Estado: a importância da jurisprudência francesa. Responsabilidade objetiva na Constituição. Causas excludentes e atenuantes. A reparação do dano: a relevância dos aspectos processuais.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA – Ponto 9

Sociologia do Direito – Ponto 9

Habermas. Raymond Aron.

Psicologia Judiciária – Ponto 9

A psicologia da conciliação.

Teoria Geral do Direito e da Política – Ponto 9

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).

PONTO 10

DIREITO CIVIL – Ponto 10

Direito real de aquisição. Loteamento. Incorporação imobiliária.

Família. Conceito e modalidades de família. Casamento. Processo matrimonial. Habilitação para o casamento. Celebração. Forma. Modalidades.

Casamento: natureza jurídica, existência, validade e eficácia. Impedimentos e causas suspensivas, deveres conjugais. Casamento putativo. União estável. Concubinato.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Ponto 10

O Poder Público em juízo. Mandado de segurança. Ação Popular. Habeas data. Ação de improbidade administrativa. Execução fiscal e execução contra a Fazenda Pública. Suspensão de segurança.

Tutela dos interesses transindividuais. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Cumprimento de sentença e execução. Classificações. Pressupostos. Título executivo: espécies e requisitos. Liquidação.

DIREITO DO CONSUMIDOR – Ponto 10

Ações de responsabilização do fornecedor de produtos e serviços. Da tutela específica nas obrigações de fazer ou não fazer. Coisa julgada.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Ponto 10

Do Conselho Tutelar.

DIREITO PENAL – Ponto 10

IV – LEIS PENAIS ESPECIAIS

j) Crimes contra a criança e o adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

l) Crimes falimentares (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005).

m) Crimes contra a violência doméstica e familiar (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

n) Crimes contra os idosos (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003).

DIREITO PROCESSUAL PENAL – Ponto 10

IV – Disposições processuais penais especiais.

f) Interceptação telefônica (Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996).

g) Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965).

DIREITO CONSTITUCIONAL – Ponto 10

Poder Judiciário.

A Emenda Constitucional nº 45.

Funções essenciais da Justiça. Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública.

Poder Judiciário. Direitos, garantias e deveres da Magistratura. O Estatuto da Magistratura. Atividade correccional.

DIREITO ELEITORAL – Ponto 10

Garantias Eleitorais: liberdade de escolha. Proteção jurisdicional contra atentado à liberdade de voto. Captação ilícita de sufrágio. Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político.

DIREITO EMPRESARIAL – Ponto 10

O empresário e a relação de consumo. Da tutela contratual dos consumidores.

DIREITO TRIBUTÁRIO – Ponto 10

Administração tributária. Atividade da administração tributária. A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias. Dever de sigilo. Dívida ativa e certidões negativas.

DIREITO AMBIENTAL – Ponto 10

Poluição da água. Poluição Atmosférica. Poluição visual. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por atividades nucleares. Agrotóxicos.

DIREITO ADMINISTRATIVO – Ponto 10

Organização funcional: cargos, empregos e funções públicas. Servidores públicos. Regime jurídico único. Direitos e obrigações. Processos Disciplinar. Regimes jurídicos funcionais. Regime de previdência do servidor público: aspectos constitucionais.

Desapropriação. Hipóteses. Desapropriação indireta. Desapropriação por zona. Desapropriação urbanística. Promoção de atos expropriatórios pelos particulares: hipótese e requisitos. Efeitos do decreto e utilidade pública. Destinação dos bens desapropriados.

Hipóteses de desapropriação punitiva. Desapropriação por acordo e judicial: diferenças. Desapropriação de bens públicos de outro ente da federação. Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de Junho de 1941.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA – Ponto 10

Filosofia do Direito – Ponto 10

Filosofia do direito contemporânea: Filosofia do direito jus positivista. Filosofia do direito não positivista e Filosofia do direito crítica.

Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional – Ponto 10

Integridade Pessoal E Profissional Do Juiz. Dignidade, Honra E Decoro. Diligência E Dedicção. Conhecimento E Capacitação. Cortesia E Prudência Do Juiz.

PONTO 11

DIREITO CIVIL – Ponto 11

Regime de bens. Pacto antenupcial. Dissolução da sociedade conjugal e do casamento.

Paternidade e filiação. Paternidade post mortem. Filiação por reprodução assistida. Reconhecimento da paternidade. Paternidade biológica e socioafetiva. Poder familiar. Alimentos. Alienação parental.

Poder familiar. Tutela. Curatela. Tomada de decisão apoiada.

Sucessões. A herança e sua administração. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia da herança. Cessão de herança. Excluídos da herança. Sucessão Legítima. Sucessão do companheiro.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Ponto 11

Cumprimento de sentença para pagamento de quantia, para obrigação de fazer, não fazer e dar coisa certa. Cumprimento de sentença na obrigação de alimentos.

Execução por quantia certa contra devedor solvente. Procedimento. Penhora, avaliação e expropriação. Satisfação do credor.

Defesa do executado no cumprimento de sentença e na execução de título extrajudicial. Ações autônomas de impugnação à execução.

Exceção de pré-executividade.

Procedimento dos Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais da Fazenda Pública. Juizados Especiais Federais.

DIREITO DO CONSUMIDOR – Ponto 11

Sistema Nacional de defesa do consumidor. Convenção coletiva de consumo.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Ponto 11

Da prática de ato infracional: definição, direitos individuais, garantia processuais.

DIREITO PENAL – Ponto 11

IV – LEIS PENAS ESPECIAIS

o) Crimes de preconceito de raça ou cor (Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989).

p) Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990).

q) Crimes de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666/93, com atualizações até a Lei nº 14.133/21).

DIREITO PROCESSUAL PENAL – Ponto 11

IV – Disposições processuais penais especiais.

h) Falências (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005).

i) Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013, de 02 de agosto de 2013).

DIREITO CONSTITUCIONAL – Ponto 11

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. O controle difuso de constitucionalidade. Mandado de Injunção. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva.

Supremo Tribunal Federal. Conselho Nacional de Justiça. Superior Tribunal de Justiça. Tribunal Superior Eleitoral. Tribunais Regionais e Juízes Federais.

DIREITO ELEITORAL – Ponto 11

Eleição. Atos preparatórios. Fiscalização. Apuração e diplomação dos eleitos. Recurso contra a expedição de diploma.

Ações judiciais eleitorais. Recursos Eleitorais. Ação rescisória eleitoral.

DIREITO EMPRESARIAL – Ponto 11

Teoria Geral da Falência. Falência na Lei nº 11.101/2005. Órgãos da falência. Efeitos da falência. Processo de falência. Pedidos de restituição. Da ineficácia e da revogação de atos praticados antes da falência. Realização do ativo. Classificação e pagamento dos credores. Encerramento da falência. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras e entidades equiparadas.

DIREITO TRIBUTÁRIO – Ponto 11

Competência tributária. Tributos dos Estados e dos Municípios. Orçamento Público e Direito Tributário.

DIREITO AMBIENTAL – Ponto 11

Jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria ambiental. Tutela jurisdicional do meio ambiente.

DIREITO ADMINISTRATIVO – Ponto 11

Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico: servidão, requisição, ocupação temporária, tombamento e limitações administrativas.

Responsabilidade administrativa, civil e criminal do agente público.

Improbidade administrativa: (Lei nº 8.429/1992).

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA – Ponto 11

Sociologia do Direito – Ponto 11

Sociologia Do Direito Crítica: Escola De Frankfurt.

Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional – Ponto 11

Ilícitos Éticos. Sanções.

Teoria Geral do Direito e da Política – Ponto 11

Sistema Internacional De Proteção Dos Direitos Humanos.

PONTO 12

DIREITO CIVIL – Ponto 12

Sucessão testamentária. Testamento. Formas de testamento. Disposições testamentárias. Codicilo. Fideicomisso. Legados. Direito de acrescer e substituições. Execução do testamento. Deserdação.

Sonegados. Redução das disposições testamentárias. Revogação, rompimento e anulação do testamento. Testamenteiro. Inventário e partilha.

Direito de autor. Registros Públicos.

Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Ponto 12

Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Características. Notificação e interpelação. Alienações Judiciais. Testamento e Codicilo. Herança Jacente. Bens dos Ausentes. Coisas Vagas. Tutela e curatela. Organização e Fiscalização das Fundações.

Ações locatícias. Ação de Despejo. Ação Renovatória. Ação Revisional. Ação Consignatória.

O processo da recuperação judicial e da falência.

DIREITO DO CONSUMIDOR – Ponto 12

Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Ponto 12

Da prática de ato infracional: medidas socioeducativas, remissão, medidas pertinentes aos pais ou responsáveis.

DIREITO PENAL – Ponto 12

IV – LEIS PENAS ESPECIAIS

r) Crimes de Menor Potencial Ofensivo (Lei 9.099/95).

s) Crime Organizado (Lei 12.850/13).

t) Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores (Lei 9.613/98).

u) Execução Penal (Lei 7.210/84).

DIREITO PROCESSUAL PENAL – Ponto 12

IV – Disposições processuais penais especiais.

j) Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999).

k) Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores (Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998).

DIREITO CONSTITUCIONAL – Ponto 12

Poder Judiciário. Tribunais e Juízes Estaduais. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. O controle de constitucionalidade dos atos estaduais e municipais.

Ordem Econômica e Financeira. Disciplina da Ordem Econômica na Constituição de Rondônia.

Tributação e Orçamento. Sistema tributário nacional e finanças públicas.

Ordem Social. Educação e Cultura. Ciência e Tecnologia. Comunicação Social. Meio Ambiente. Família, Criança, Adolescente e Idoso.

Direito à Proteção Especial. Índios.

DIREITO ELEITORAL – Ponto 12

Crimes eleitorais. Tipos penais e sanções. Processo penal eleitoral: prisão e período eleitoral. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral. Ação penal eleitoral e recursos.

DIREITO EMPRESARIAL – Ponto 12

Teoria Geral da Recuperação da empresa. Recuperação judicial e recuperação extrajudicial. Órgãos da recuperação judicial. Processo da recuperação. Verificação dos créditos.

DIREITO TRIBUTÁRIO – Ponto 12

Ações de natureza tributária. As Execuções Fiscais.

DIREITO AMBIENTAL – Ponto 12

Instrumentos processuais da tutela ambiental. Inquérito civil. TAC. Ação civil pública. Ação popular constitucional. Mandado de segurança coletivo. Mandado de injunção. Ação penal pública ambiental.

DIREITO ADMINISTRATIVO – Ponto 12

Controle da Administração Pública. Espécies de controle. Controle interno e externo. Controle parlamentar, judicial, social e pelos Tribunais de Contas. Controle de legalidade e de economicidade. Controle operacional. Competências cautelares e sancionatórias dos órgãos de controle. Lei anticorrupção (Lei nº 12.846/13).

Mandado de Segurança, Ação Popular e Ação Civil Pública.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA – Ponto 12

Sociologia do Direito – Ponto 12

Sociologia Do Direito Brasileiro: Caio Prado Júnior E Raimundo Faoro.

Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional – Ponto 12

Lugar Da Ética Na Função Judicial E Na Vida Particular Do Juiz.

Teoria Geral do Direito e da Política – Ponto 12

Pessoa. Pessoa Jurídica. Direito Subjetivo.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS, DANDO EFETIVIDADE À PUBLICIDADE DOS ATOS, É EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL, COM CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL, SUBSTITUINDO AQUELE PUBLICADO NO DIA 19/05/2022, NO DJe n.90.

PORTO VELHO - RO, 25 DE MAIO DE 2022.

DESEMBARGADOR HIRAM SOUZA MARQUES
PRESIDENTE

Documento assinado eletronicamente por HIRAM SOUZA MARQUES, Desembargador (a), em 25/05/2022, às 16:51 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei>, informando o código verificador 2746452 e o código CRC A9BDE7FD.

PRESIDÊNCIA

ATOS DO PRESIDENTE

Resolução n. 241/2022-TJRO

Altera a Resolução n. 119/2019-TJRO que institui o Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário em Saúde (NATJUS) no âmbito do Estado de Rondônia.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO A Resolução n. 119/2019-PR que institui o Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário em Saúde (NATJUS), no âmbito do Estado de Rondônia.

CONSIDERANDO o Processo n. 0000894-79.2019.8.22.8001;

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal Pleno em sessão administrativa realizada no dia 23 de maio de 2022,

R E S O L V E:

Art. 1º A Resolução n. 119/2019-TJRO, de 26/11/2019, que institui o Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário em Saúde (NATJUS) no âmbito do Estado de Rondônia, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º Os(As) membros(as) do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário em Saúde (NAT-JUS) serão designados(as) por meio de Ato do Presidente. (NR)

Art. 2º Ficam revogados os incisos de I ao VII do art. 5º da Resolução n. 119/2019-TJRO.

Art. 3º Ficam alterados os demais dispositivos da Resolução n. 119/2019-TJRO, em função da Resolução n. 211/2021-TJRO, que estabelece a designação distintiva de gênero que deverá ocorrer nos atos normativos, na comunicação social e institucional do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 25/05/2022, às 11:41 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei>, informando o código verificador 2743638e o código CRC 32E935EF.